



Ciudadanía activa: el sincretismo del sujeto racional con el hombre relacional

El hombre del Siglo XXI origina muchas preguntas sobre la relación íntima que se establece entre la crisis de los lazos sociales, los sistemas de representación y el surgimiento de la comunicación como utopía.

Desde la panorámica de la ciudadanía activa, este texto aborda la importancia de la Nueva Teoría Estratégica como paradigma comunicacional, en relación con el sujeto racional y el hombre relacional. Al mismo tiempo intenta posicionar su actualidad y contemporaneidad en la sociedad de la comunicación y la globalización. En este contexto, la re-creación de un nuevo espacio público y la recentralización de la alteridad perdida, aparecen como piedras angulares de cualquier campo de conocimiento en el área de la Nueva Teoría Estratégica.

Palabras Clave: Ciudadanía activa. Sujeto racional. Hombre relacional. Nueva Teoría Estratégica.

Descriptor: Estrategias de comunicación. Controversia fundamental modernista – Siglos XX-XXI. Ciudadanía.

Recibido: Octubre 29 de 2009

Aceptado: Febrero 2 de 2010

Origen del artículo

Este artículo surge de una reflexión enfocada hacia el problema del hombre y la ciudadanía dentro del paradigma de la Nueva Teoría Estratégica de la comunicación. Recupera algunos planteamientos propuestos en *Espacio público y posmodernidad: hacia la recentralización de una alteridad perdida*, ponencia presentada por el autor a FISEC en el 2005.

Da cidadania activa: o sincretismo do sujeito racional e do homem relacional

O homem do Século XXI desperta muitas perguntas sobre a relação íntima estabelecida entre a crise dos laços sociais, os sistemas de representação e o surgimento da comunicação como uma utopia.

Desde a panorâmica da cidadania ativa, este texto aborda a importância da Nova Teoria Estratégica como um novo paradigma comunicacional, em relação ao sujeito racional e o homem relacional. Ao mesmo tempo, tenta destacar sua atualidade e contemporaneidade em uma sociedade de comunicação e globalização. Neste contexto, a recriação de um novo espaço público e a recentralização da alteridade perdida aparecem como pedras angulares de qualquer campo de conhecimento na área da Nova Teoria Estratégica.

Palavras-chaves: Cidadania ativa. Sujeito racional. Homem relacional. Nova Teoria Estratégica.

Search tags: Estratégias de comunicação. Disputa fundamental modernista - séculos XX-XXI. Cidadania.

Recebido: Outubro 29 2009

Aceptado: Fevereiro 2 2010

Da cidadania activa: o sincretismo do sujeito racional e do homem relacional



Abordar o tema da Nova Teoria Estratégica de comunicação encaminha para questões que até hoje se colocam e continuam a colocar-se. Seja-me permitido repor algumas questões, que, há já algum tempo, abordei em texto apresentado ao Físec (Dos Santos Alves, 2005).

.....

* **José Augusto dos Santos Alves.** Português. Doctor en historia y teoría de las ideas, de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad Nova de Lisboa y profesor de las asignaturas Historia de los Medios e Historia de la Cultura Portuguesa, en la misma facultad. Actualmente se desempeña como investigador en el Centro de Historia de la Cultura de la Universidad Nova de Lisboa (CHC UNL), donde coordina el proyecto de investigación *Periodismo del siglo XIX*. Además es miembro de varias asociaciones internacionales de comunicación y ha escrito varias publicaciones sobre periodismo, cultura e historia portuguesa. **Correo electrónico:** jsalves@fch.unl.pt

Encarando, essencialmente, a Nova Teoria Estratégica de comunicação como uma disciplina que aborda o tempo presente ou futuro do homem é um pressuposto que impõe análises retrospectivas. Para que a Nova Teoria Estratégica de comunicação seja um saber de ponta no estudo do indivíduo, os quadros de referências são, a meu ver, necessários na medida em que aí residem os veículos fundadores que marcam os comportamentos do tempo actual, sobretudo quando desejamos encará-los sob a perspectiva da cidadania activa.

Assim, podemos perguntar se nos conceitos, grelhas ou categorias operatórias da Nova Teoria Estratégica de comunicação não devem estar presentes as análises que remetem para os alvares da modernidade, que contribuíram para a construção do individualismo moderno, para cotejo e analogia?

Neste sentido, ocorre perguntar: Será que o indivíduo social do início da modernidade não teria maior consciência da cidadania que o cidadão actual, anónimo, reificado e refeudalizado? E as concepções de indivíduo serão semelhantes ou diferentes das concebidas há dois séculos? E os valores e os princípios que incorporam poderão ser ignorados na análise dos comportamentos

actuais? Até que ponto a Nova Teoria Estratégica de comunicação não estará, hoje, intensamente contaminada pelo esvaziamento dos princípios e valores e pela vacuidade retórica da segunda modernidade? Não é certamente por acaso, que, quando actuais colectivos sócio-espaciais reivindicam os seus direitos, esta reivindicação combina com a matriz de há duzentos anos.

Trata-se, portanto, de saber como olhar a construção do indivíduo no momento crucial da viragem do século xx para o século xxi, sobretudo porque interessa reflectir sobre a longa significação do indivíduo social e o seu processo histórico de estruturação até ao tempo presente, em que a função comunicacional, na mudança para o século xxi, e o modo como comunica, deve ser olhada como um vector sistémico no quadro deste processo.

Mais que colocar questões, convém dar respostas, e, na perspectiva do homem relacional, que não exclui o sujeito racional, abordar o retorno à cidadania activa.

* * *

A meu ver, a noção de homem relacional surge como uma das noções fundamentais do discurso racional (que não exclui, antes integra, o discurso emocional), ligado à prática da análise, que constitui ela própria um dos aspectos essenciais da prática discursiva, que se acompanha de uma contrapartida, a operação pela qual o pensamento reconstitui o complexo a partir do simples.

Apesar de não podermos falar de uma verdadeira teoria da relação (que pode ir da metafísica às ciências puramente descritivas, passando pela matemática), salvo no momento em que o conceito de relação, enquanto tal, se encontra tematizado na sua total generalidade, isso não nos impede, bem pelo contrário, de uma análise de frente ou enviesada, como é o caso que pretendo neste texto, em que a temática da tentativa do retorno à cidadania activa está presente.

Esta atitude metodológica é tanto mais justificada quanto a noção de relação parece possuir



um carácter irreduzível, apesar dos esforços para dar uma definição específica, ou seja exprimir adequadamente o conteúdo por via de outros conceitos mais primitivos (Ladrière, 1997; 2004).

Ainda assim, pode afirmar-se que, nestes pressupostos, toda a metodologia está, ou deve estar, mergulhada num “modelo de homem” ou num conjunto de suposições, quanto às relações entre as pessoas e entre as pessoas e o seu ambiente, mas é conveniente ter certeza de que o “modelo de homem”, assumido por aqueles que trabalham numa disciplina (*e. g.*, a comunicação), é o mesmo modelo de homem assumido por aqueles que trabalham em outra disciplina (*e. g.*, a psicologia).

No modelo relacional (Israel, 1972), como escreve Stringer, o homem não é visto como um feixe de traços, ou como um indivíduo que simplesmente responde a recompensas e punições, mas sim pelas suas relações sociais. O homem é a totalidade das suas interações sociais; por via de interações constantes com outros. A *ecceidade*, ou a *ipseidade*, o *em-si*, se quisermos, está em constante mudança. A interação é plenamente recíproca, pois não é dada prioridade nem aos processos individuais nem aos sociais (Stringer, 1982, p. 58). A abordagem relacional reconhece que toda acção ocorre num ambiente social. Embora as acções pareçam ser acções individuais, a vários níveis, elas afectam, inevitavelmente, outros membros do grupo ou da sociedade. Pode pois sustentar-se que o homem relacional tem um papel activo no seu desenvolvimento e na sua relação com o resto da sociedade (Uzell, 1998).

Seja como for, historicamente, a noção de homem relacional pode ser enquadrado num sistema categorial, envolvendo uma aproximação a uma teoria intensiva das relações e a um tratamento extensivo dos afectos.

Os corpos vivos têm necessidade de proventos para viver, mas sobretudo carência de sentido. As emoções, que nos fazem vibrar, a organização optimizada dessas emoções, a alteridade emocional, criam um sentido, que integra o ser humano no mesmo horizonte de chegada da comunidade humana, que completa. A inteligência relacional,



alimentada pelas emoções e afectos, que penetra o homem relacional é antes de mais uma ciência da relação. Se está ausente da organização institucional da sociedade, a razão é simples: a falência do capital humano no centro das suas preocupações.

O homem, que passou uma boa parte da sua vida a adquirir conhecimentos, supõe estar na posse de uma ciência infusa, espontânea, não adquirida, que acredita ser de inspiração superior, que se possui naturalmente, que não exigiu esforço para ser absorvida, no que respeita ao seu funcionamento pessoal e relacional.

Na verdade, nunca ninguém nos ensinou a comunicar, somos vítimas da incomunicação, quando nos confrontamos com o Outro, que não nos ouve, ou recebemos o embate de juízos apriorísticos e de afirmações unívocas, que bloqueiam, ao mesmo tempo, a possibilidade de uma troca relacional (Pierson, 2003).

O homem é um ser relacional. As relações preenchem as nossas necessidades de afecto, de inclusão, de amor, de lazer e de partilha. Em derradeira instância, privilegiar a posse e o direito de fruir.

O homem, ser comunicante, uma constante antropológica inserida num conjunto de práticas largamente submetidas ao aleatório da história, é em parte estruturado por pulsão de comunicar, de “sair de si”, que indefinidamente o anima num quadro¹ (Goffman, 1986; 1989) da relação que se estabelece entre a crise da trama social, os sistemas de representações e a ascensão da comunicação e da informação como utopia (Breton, 1992, p. 148). Não se estranhe portanto,

.....

1. "Quadro" visto como actividade esquemática e como articulação do real, como processo inferencial e como ordem de posições, como forma - vulnerável e manipulável - do saber partilhado e como estrutura de pertinência.



como subjacente à Nova Teoria Estratégica de comunicação, a associação entre utopia, liberdade e igualdade, utopia olhada, não como perversão do espírito humano e tentativa blasfematória de se substituir ao Criador (Lapouge, 1991, p. 14), mas como função social positiva que ganha sentido no momento em que a colocamos em marcha (Bemsayag, 1990, p. 54), tendo no horizonte de chegada um modelo ideal que, sabe-se, sendo atingível, não se pode atingir.

Na verdade, na insensibilidade dos cidadãos, o imaginário foi confiscado, a memória colectiva e o património cultural e imaterial dos séculos anteriores abastardados. O resultado é a inani-dade do quadro de valores, referências e princípios, indicadores de um mundo de vida, de uma visão do mundo. O conteúdo social das palavras volatilizou-se. As palavras aparecem indecifráveis e inexpressivas, estão vazias de sentido ou plenas de ideias e sentimentos diferentes dos que as palavras anunciam. Não obstante, todas têm um traço comum: o esgotamento do conteúdo social das palavras. A duplicidade e a impostura dominam o texto, o contexto e o intertexto do exercício retórico. O verbo está vazio. Estamos silenciosos no meio da nossa logorreia ininteligível. A palavra, forma mais humana, entre todas, de relação social, perdeu assim toda a sua essência e atributos colectivos.

Neste sentido, cabe à *Nova Teoria Estratégica* de comunicação, fazer com que a identidade, a ipseidade e alteridade sejam inseparáveis. É por isso que o sincretismo do sujeito racional e do homem relacional representa uma viragem para a utopia vista como horizonte de chegada, seja do povo histórico, povo político e povo emocional.

Posto isto, e partindo do primórdio, segundo o qual o homem relacional é o sujeito que pretende dar dimensão e realizar a utopia da modernidade,

este princípio leva a colocar uma questão fulcral: que noção de homem relacional, que condições de realização?

A meu ver a sua consumação tem um rito de passagem inevitável: a reivindicação de uma cidadania activa, que nos encaminha para novas questões.

A reivindicação da cidadania, ontem, será a mesma de hoje? E a utopia e a consciência da utopia?

E disto resulta o quê, hoje aqui e agora? A utopia que se transformou em distopia, a utopia luminosa da mundialização aculturada que se converteu em globalização de sentido único.

Que semelhança entre os diferentes espaços públicos ibero-americanos? Serão idênticos ao nível de acesso à discussão, à acção racional e relacional? Fugirei, por pudor, à tentação de tentar emitir um juízo definitivo, preferindo antes colocar algumas questões para as quais não encontrei resposta. Como articular e adequar as galáxias *Gutenberg e Marconi e a Revolução Digital* perante os novos desafios que esta última levanta no âmbito da apreciação, interpretação e capacidade crítica?

A meu ver, espaços públicos que não atingiram ainda a “maioridade”, e depois facilmente se refeudalizaram, reflectem hoje com maior evidência uma fraca consciência da cidadania e autonomia do sujeito, sem ignorar a ideologia da *performance* que penetra o espaço público mundial. Ou seja, o campo em que a universalidade e a racionalidade das decisões e do “consensus” são o resultado de uma mediação dialogal e relacional entre contendores, sempre dependentes de um público, de um auditório.

Os *media*, que, inscritos no paradigma da publicidade instrumental, não convidam à reflexão, nem à racionalidade e muito menos à troca relacional, estão a contribuir para indivíduos

.....

2. Entendo aqui a noção de “maioridade” como ligada à instrução, educação, literacia, alfabetismo, reformas educacionais e políticas, com capacidade para o indivíduo aceder ao espaço livre da troca discursiva do espaço público de se inscrever na opinião pública no quadro de um horizonte interrogativo, argumentativo e de uma retórica substantivada; e “menoridade” ligada a um menor grau de instrução e à incapacidade de reflexão.

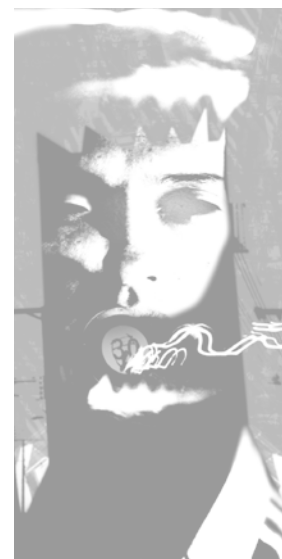
sociais que ficaram a “meio-caminho”, como sujeitos racionais, sem desenvolverem totalmente a sua racionalidade, incapazes portanto de atingirem o patamar do homem relacional, e ajudaram a transformar o espaço público moderno no espaço público da segunda modernidade em espaço anónimo de circulação.

Do mesmo modo, uma rede psicopolítica de tipo moderno, no quadro da *revolução digital* e das novas tecnologias³, pouco aberta à penetração dos vectores sistémicos da sociedade, i.e., que não acolha, para além dos estratos sociais, potencialmente mais críticos, as suas franjas, menos dispostas, pelo seu indiferentismo político e ideologia consumista, ao empenhamento numa autêntica troca relacional, é uma deficiente escola de aprendizagem da cidadania, de construção da individualidade, da racionalidade e muito menos do homem relacional, fundamental para uma *Nova Teoria Estratégica* de comunicação.

Sob outro indispensável olhar e horizonte de chegada, o homem relacional não pode ser amputado da essência das emoções, dos afectos e da razão, cruciais para abordar a questão da interpenetração da *Nova Teoria Estratégica* de comunicação, com o sujeito racional e o homem relacional, na perspectiva de um retorno à cidadania activa. As noções de sujeito racional e de homem relacional são baseadas sobre actos de cidadania, sobre as enunciações do sujeito, como um lugar de uma biografia num movimento social, dando valor à noção de empenhamento. É conveniente examinar os valores, os princípios, os esquemas que enformam os seus actos. Torna-se assim possível precisar os espaços de significação sociopolíticos, no interior dos quais se desenvolvem estas implicações sociais e urbanas entre a cidadania territorial, a cidadania republicana, a cidadania funcional no interior de novas instituições da governação.

A primeira questão da noção de cidadania activa é colocar perguntas sociais face a um

sistema de gestão ou de governo. A cidadania activa combina e agencia recusas, revisitações aos princípios, acções de resistência, promovendo novos princípios de cidadania no quadro da *Revolução Digital* e das novas tecnologias, em que a dinâmica das redes é um ingrediente de primeira água. Num mundo em mudança, em permanente negociação e contrato (Cohen e Arato, 1992), a genealogia e a formação deste tipo de novos actores, menos racionais e mais relacionais, constitui a questão principal.



.....

3. À semelhança do séculos XVIII-XIX podemos falar, salvaguardados o espaço e o tempo, e diferentes pressupostos epistemológicos, de rede psicopolítica do século XXI, como um conjunto de espaços-lugar, de situações objectivas de informação e comunicação em que esta não pode ser definida apenas como uma transmissão de informações sobre o estado e o processo de desenvolvimento dos saberes (do político ao artístico), integrada pelo sujeito racional em desenvolvimento para o homem relacional, um processo em que não se excluem, antes se complementam. Com efeito, no quadro do homem relacional, nesta rede comunica-se também para estabelecer relações, partilhar emoções e dividir sentimentos, para agir sobre o próximo, para confortar e confrontar a nossa identidade (da política à artística) e a dos outros. Os actores sociais e racionais desta rede comunicacional, aos quais podemos chamar sujeito sociopolítico, sentem-se atraídos pelo progresso intelectual e material, pela liberdade intrínseca, pela descoberta de novas quotidianidades e mundanidades, por uma diferente sociabilidade e por uma também modificada conflitualidade, reflexiva e raciocinada.



A imagem institucional da cidadania republicana, que predomina no espaço ibero-americano (o voto, a representação, a delegação) e a sua dificuldade em reconhecer, muitas vezes, a cidadania dos actores, face à combinação de princípios de “exclusão” com princípios heterogêneos de afirmação e justiça, obriga à evasão do sujeito racional para as redes relacionais e outras formas de alteridade.

A comparação internacional permite reconhecer uma diversidade de formas de soberania (política, social, ecológica,) e sugerir novas grelhas de cidadania (van Steenberg, 1994), sobretudo no quadro já referido da *Revolução Digital*, das novas tecnologias e da multiplicação das redes.

Esta democracia deliberativa reconhece uma parte à acção dos “excluídos” no regresso à cidadania de base, no sentido da definição clássica de cidadania, que é pertencer a uma mesma comunidade, de partilhar as suas escolhas e as suas decisões (Duchesne, 1997), e também um alargamento de um novo associativismo.

O retorno a uma cidadania activa, no âmbito do quadro referencial do homem relacional, supõe uma autonomia de palavra, uma mobilização cultural entre os diferentes níveis de implicação (territorial, organizacional, governamental, institucional). A explicitação dos novos sistemas de poder e de governança e a tipificação das formas de cidadania permitem clarificar as relações entre as instituições públicas e os novos conteúdos da cidadania activa (Vespraet, 2003), infiltrados pelo conceito da Nova Teoria Estratégica de comunicação, integrada pelo sincretismo do sujeito racional e do homem relacional, no que tange à interpenetração de ambas as noções.

Nesta abordagem orientada para a Nova Teoria Estratégica de comunicação e para os actores sociais, sobre a construção dos seus modos de vida, devem ser estudadas as relações dos novos modelos

de socialização, as novas dimensões da cultura democrática e as suas orientações específicas, no quadro das novas formas de comunicar.

As noções de sujeito racional, de homem relacional e de movimento comunicacional devem ser baseadas sobre actos específicos de cidadania.

Devemos também examinar os valores “endógenos”, os princípios e os esquemas que informam estes actos, colocados entre as preferências políticas e as culturas políticas constituídas.

A noção de cidadania activa que resulta da aplicação da *Nova Teoria Estratégica* de comunicação remete para o modo como os actores ultrapassam uma série de contradições da acção social. O desenvolvimento destas novas formas de acção, do sujeito racional contagiado pelo aperfeiçoamento do homem relacional, não releva apenas das impulsões “endógenas” de desejo de mais justiça, mais igualdade, mais cidadania global na interdependência. Este desenvolvimento radica no indivíduo social do início da modernidade e na sua consciência da cidadania, um estágio anterior ao cidadão actual, anónimo, reificado e refeudalizado, e apoia-se sobre os limites da cidadania republicana nos novos sistemas de interdependência, sobre as fissuras dos novos sistemas de poder.

Este retorno sobre a cidadania activa, com odores utópicos, no quadro do sincretismo do sujeito racional e do homem relacional, tem lugar numa conjuntura de crise, mas ela deve inserir estes actores sociais numa história social e cultural, num momento de tensões da mobilidade social engendrada pela glocalização, pela desinstitucionalização da vida social, que devem obrigatoriamente passar pela grelha da Nova Teoria Estratégica de comunicação. Nesta conjuntura, é possível, utilizando com mestria os novos pressupostos teóricos que defende a Nova Teoria Estratégica de comunicação, seguir e



observar as novas trajectórias dos actores animados de princípios políticos protestatários e cidadãos fortes que encontram a suas dinâmicas de acção e desclassificam a trama neoliberal.

Sapere Aude! Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento. Eis a divisa das *Luzes* (...). Para aceder às *Luzes* de que se fala tudo quanto se precisa é *liberdade*. E, na verdade, a mais inofensiva das liberdades – liberdade para *uso público* da razão de cada um em todas as matérias (Kant, 1984, pp. 161-162).

É neste sentido que o meu texto, no processo de reemergência da cidadania activa, não pode deixar na margem a importância das emoções, afectos e relações constituintes de um paradigma comunicacional em que constitui a Nova Teoria Estratégica de comunicação na viragem dos séculos xx-xix, ao mesmo tempo que procura chamar a atenção para a sua actualidade, na sociedade da informação (unanimista) e da globalização de sentido único (segunda modernidade).

Talvez se possa dizer que a Nova Teoria Estratégica de comunicação pode e deve ser o berçário de um novo e diferente protagonismo comunicacional, uma matriz acolhedora que deve ser olhada com variantes, nas quais devemos enquadrar o conceito de relação, como um dos conceitos fundamentais do discurso racional pela proximidade que revela em relação ao sujeito racional e ao homem relacional. Neste sentido, a viragem axial em que se constitui a Nova Teoria Estratégica de comunicação é ainda o momento de emergência de uma consciência-mundo, com carácter de um espaço público planetário, em que se articula o cruzamento de informação com a comunicação, numa espécie de enlaçamento do mundo para melhor sustentar o sincretismo do sujeito racional e do homem relacional.

Quero com isto dizer que o homem relacional aparece aqui, no primeiro papel, na medida em que assume todas as funções: comunicar para estabelecer relações, partilhar emoções e dividir sentimentos, agir sobre o próximo, confortar e confrontar a sua identidade (da política à artística) e a dos outros, mas, mais fundamental ainda, como eventual “criador” de novas alternativas no seio do seu mundo de vida, da sociedade que integra na sua rede funcional e relacional.

Pode, pois, dizer-se que é legítima a associação e sinonímia entre a Nova Teoria Estratégica de comunicação, o sujeito racional e o homem relacional. Com efeito, a Nova Teoria Estratégica de comunicação introduz a política e o político, na essência o acto cidadão, no quotidiano, no subsolo da sua argumentação, no coração do debate e das propostas de programas de acção. Inversão estrutural da concepção da política (olhada como substância do combate à injustiça), o novo olhar sobre a cidadania activa tem, por este facto, um papel importante na constituição e estruturação do espaço público contemporâneo, sendo o espelho de uma incontestável intensificação do debate público. Entre a Nova Teoria Estratégica de comunicação, cidadania activa, sujeito racional e homem relacional, o combate político e social harmoniza-se progressivamente numa espécie de relação de validação recíproca.

O complexo teórico/prático da Nova Teoria Estratégica de comunicação, sujeito racional e homem relacional é, a meu ver, um modelo na fronteira de um novo paradigma comunicacional e informativo. A indispensável crítica da política, que obrigatoriamente se adequa a um outro modo de produzir informação e comunicação no quadro da cidadania activa, está em total antítese com a concepção de política, que se apresenta até esta primeira década do século XXI.



Ora, as modalidades deste tipo de procedimento parecem significar, com elevada pregnância, as linhas de força de uma “terceira modernidade”⁴ ambicionada, representando uma nova metodologia no coração de um novo episteme, que se inaugura também ao nível comunicacional, espécie de “revolução copernicana”, que nos faz pensar no inverso, porque nos encaminha por outras vias. Com efeito, nem os factos são como se nos apresentam, nem a linguagem diz exactamente aquilo que diz. Por consequência, a interpretação, sob uma nova “luz”, é requerida não importa para que “saber”.

A compreensão e a reflexão que são propostas têm em vista uma nova prática de comunicação que induz ao espírito crítico.

É possível adivinhar em toda esta actividade comunicacional a via para uma estetização da política, que é também uma estética da vida (Benjamin, 1992), espécie de fronteira entre a sociedade dos séculos xx/xxi, em que a publicidade comunicativa se fundamenta e se protagoniza nos “ouropéis fanados” e na auréola dos “áulicos” da comunicação, e a sociedade futura, fundada em pressupostos comunicacionais assentes nos critérios mais fiáveis do complexo teórico/prático da Nova Teoria Estratégica de comunicação, sujeito racional e homem relacional.

Articular os vectores, sujeito racional, homem relacional, cidadania activa subsumidos pela Nova Teoria Estratégica de comunicação, é fundamental para a compreensão da fenomenologia deste paradigma. E podemos juntar-lhe o ideal de mundialização, de uma sociedade-mundo, de sentido diferente da actual, com outro horizonte de chegada, uma pretensão que não é uma novidade desde o momento em que Espanha e Portugal deram uma outra dimensão ao Universo e estenderam aos oceanos o espírito do iberismo.

Quer isto dizer que o ideal e a ideia devem transmutar-se em acção e contribuir para a formação de uma vontade, que é uma teoria e uma prática, segundo a qual todo o homem é passível de uma revolução sempre pronta a escrever-se. Seguindo a lógica das contradições e dos conflitos que daí resultam, a Nova Teoria Estratégica de comunicação deve procurar descriptar as resis-

tências e as revoltas, que não relevam de qualquer jogo de sombras ideológicas ou de alquimia da opinião. Trata-se antes de novas solidariedades em florescência e da exploração de outras possíveis no seio da frágil invenção de espaços de liberdade e de laços de igualdade interpenetrados com uma cosmovisão aberta à pluralidade, ao movimento e ao conflito no interior de uma formação social, que não pode descurar o sincretismo do sujeito racional e do homem relacional. Este é um propósito em que se pode falar, face ao reabraçar do uso público da razão, da publicidade crítica, do homem relacional e do sujeito emocional, de um optimismo da vontade e um desejo de progresso que são a pedra angular de uma libertação em que afloram imagens de uma reconciliação que pode tornar-se efectiva em novos contextos.

O mundo está em convulsão, a sociologia mostra os microcosmos em construção e desconstrução, como sempre. As manifestações identitárias, comunitárias, na margem da sociedade estiveram sempre presentes na história. Este facto não nega o laço social, o sujeito racional e o homem relacional. O capital das emoções, apresentado neste ou naquele sentido humanista, dá a ver a emoção como uma tecnologia, sempre jovem, de combate. O capital humanista das emoções, que conduz à construção do povo emocional, não pode ser dissociado do povo político e do povo histórico.

Face às novas tecnologias, a emoção pode ser sempre olhada como uma nova tecnologia a ser direccionada no sentido da construção da terceira mundialização e humanização do sector quaternário (www). O terreno de observação, como criação e confiscação, que exhibe a diferença na indiferença do espaço público, mostra um processo de recomposição iterativa da diferença cultural, recomposição da diferença espacial, fronteiras sociais e simbólicas.

.....

4. “Terceira modernidade” é aqui entendida apenas por uma ficção virtual que se opõe à modernidade, que utilizo por uma questão de comodidade metodológica e cronológica, e, assim, melhor poder marcar a décalage em relação aos valores e princípios que a modernidade inaugura na viragem dos séculos XVIII-XIX.

A recomposição da diferença social e económica, a hipotética desintegração, ou dessocialização, do laço social, impulsionada, na conjuntura actual, pela triunfante, ainda que efémera, não-racionalidade capitalista, conduz ao aprofundamento da identidade cultural e identidade biológica, que, no processo de eventual ausência de laços sociais, por uma globalização sem sentido, leva à formação de laços sociais repousando sobre a identidade da pertença. O que poderá chamar-se um processo de retorno da sociedade à comunidade, à construção do em-si pelo em-si, sem exclusão do outro, sem vizinhanças impessoais na comunicação.

Com efeito, num contexto histórico que nos interdita o sonho na revolução e nos conduz a esperar por processos de subversão longamente contidos, é necessário que a maneira pela qual se representa a revolução evolua ela também e inclua o processo de formação de uma nova subjectividade. Uma teoria da comunicação linguística, que o panorama benjaminiano (o da história da cultura na perspectiva de uma preservação em vista de uma transformação) refere a uma teoria materialista da evolução social, poderá ser, de acordo com Habermas, uma das vias que deve ser reflectida, segundo a qual “existe entre os homens um terreno de acordo neste ponto não violento que é totalmente inacessível à violência: o próprio domínio do acordo de vontades, o da linguagem” (Benjamin, 1961 e 1966, p. 55. Em: Habermas, 1990a, p. 126). Ou seja, o próprio espaço do consenso, da comunicação e da informação, do diálogo e do conflito, da materialidade e da espiritualidade, envelopes da liberdade e da igualdade, da emoção e da razão, que ganham o direito à cidadania activa, como vectores estruturais no aparecimento de um novo espaço público liberal, provavelmente uma utopia efémera, mas eterna, a qual a sociedade e o poder têm o dever de gerir.

Parece, pois, que, se por um lado as mudanças das nossas sociedades continuarão a vir de iniciativas dos vários vectores que a integram, por outro é seguro que essa transformação não pode dispensar o “mito” da “sociedade de comunicação” que, a meu ver, ganha uma dinâmica que se irá projectar em todo o século XXI, sem, em circunstância alguma,

abdicar da revisitação dos seus valores e princípios fundadores, que repousam, repito, na memória primária profunda. O sincretismo do sujeito racional e do homem relacional, escorado na Nova Teoria Estratégica de comunicação, deve constituir-se em intransponível obstáculo às distopias, aos esvaziamentos, ao espaço desconhecido de circulação, em que se transmudou o espaço público planetário.

Do mesmo modo, têm de ser combatidos a sociedade anónima, desprovida de sujeito, que se substituiu à associação de indivíduos livres e iguais, regulando eles próprios a sua vida comunitária pela via de uma formação democrática da vontade; a desconfiança na possibilidade de criar e da vontade criar em si mesmo (Habermas, 1990b, p. 58); o retorno absoluto à privacidade e a um hipostasiado egocentrismo; o desencanto de um presente sem herança e sem projecto; a ética do instantâneo; o frenesim da obsolescência; a obsessão da velocidade, que esvaziam de sentido as perspectivas de acção de uma autêntica opinião pública.

Em suma, os efeitos perversos desta utopia negra, produzidos no coração da própria democracia (apesar do elogio da pluralidade, da apologia do contingente e do privado, da celebração da ruptura, da diferença e do instante, da revolta das margens contra os centros, da oposição do extraordinário à trivialidade (Habermas, 1990b, p. 58), devem ser definitivamente arredados do horizonte de chegada, que a “terceira modernidade” deseja.

A fenda aberta entre a modernidade iluminista e pós-iluminista, e a instantaneidade tecnológica da contemporaneidade, entre o advento do indivíduo social moderno e o seu confronto com a segunda modernidade, deixa ver a fractura entre, por um lado, a auto-enunciação do indivíduo social moderno e a sua necessidade de legitimação por via da panóplia mediática e, por outro, a crise que o afecta por via do confronto da sua liberdade individual com a crescente homogeneização dos *media* contemporâneos e as neo-escolásticas que forram as novas clericaturas do “futuro”.

De indivíduo social reflexivo, que tinha deixado de ser objecto, ao transmudar-se de súbdito em cidadão, que exhibe as emoções, uma aquisição



principal (um momento do tempo que, apesar de tudo, perdura), herança de um dado adquirido na modernidade, ou seja, a explosão do sujeito que busca soluções políticas, o indivíduo, hoje, auto-confronta-se como objecto, simulacro de uma globalidade que o ultrapassa e não compreende. O sujeito social da era electrónica torna-se no centro ubíquo da experiência que o atravessa. Ele não está mais no espaço, está em todo ele, não é ele que se engana é o caminho que muda. Não é mais o espaço uniforme e exclusivo de Newton, é o espaço acústico, cujo centro está por todo o lado e a circunferência em lado nenhum.

Mas, contra a vontade unidimensional, que tende a erigir um valor pontual num valor absoluto (Maffesoli, 2002, p. 14), há que acentuar o dinamismo e a circulação das ideias, momentos do tempo, de *coincidentia oppositorum*, em que a ambição filosófica das Luzes e da sua performatividade prometaica se imbrica com o saber dionísio, o saber enraizado, “la petite épistémologie du mal”, como afirma Maffesoli (2002, p. 35).

A epistemologia do excesso, ou “la petite épistémologie du mal”, que evacua as emoções (que não convém confundir com sensações), não pode ser subtraída, bem pelo contrário, à idade da razão, à segunda modernidade, à “terceira modernidade”, pois isso seria amputar o pensamento de uma parte da sua reflexão. Na verdade as emoções têm razões, as emoções têm intencionalidade, racionalidade e veracidade (Paperman, 1995).

Trata-se de uma tensão fundadora, sempre e novamente renovada, à qual as ciências sociais não podem esquivar-se para teimosamente fazer perdurar a vida. Nesta ordem de ideias, a Nova Teoria Estratégica de comunicação pode dar o seu contributo a um novo paradigma comunicacional que, sob as suas diversas modulações, invertendo a ordem das palavras e a ordem da política, se dedica a dizer um outro mundo diferente daquele que a ordem estabelecida quer impor. A poética da palavra, como a toda a linguagem secreta, reenvia a uma espécie de *sagesse démoniaque*, acentuando a “intierité du être” (Maffesoli, 2002, p. 36), mesmo que seja nos seus aspectos menos agradáveis, contra o organicismo da vontade unidimensional do mundo actual.

Posto isto, se não é arriscado prognosticar que a Nova Teoria Estratégica de comunicação pode vir a ser a pedra angular da certeza do progresso, que pode representar um novo paradigma comunicacional, também o emergir do sincretismo do sujeito racional e do homem relacional pode ser o arcobotante da garantia de um novo paradigma comunicacional.

Ou, se quisermos, que o novo paradigma comunicacional é a pedra angular da certeza do emergir do sincretismo do sujeito racional e do homem relacional, do mesmo modo que, também o emergir do sincretismo do sujeito racional e do homem relacional, afiança o novo paradigma.

Neste sentido, deve afirmar-se que Nova Teoria Estratégica de comunicação é o arcobotante da garantia de um novo paradigma comunicacional, que dá vida a forma nova de comunicar.

A Nova Teoria Estratégica de comunicação pode vir a ser uma “neo-parúsia”, evacuando, por um lado, a parte obscura do ser humano e, por outro, o emergir da prática do belo.

Utilizando a metáfora, a Nova Teoria Estratégica de comunicação deve identificar-se com a cor, a luz e a sombra, porque geradas a cada instante, segundo o movimento ou a presença daqueles que delas necessitam, “tal como a luz que é criada sempre de novo, conforme a presença da fonte iluminante” (Agamben, 2006, p. 76). Na essência, a Nova Teoria Estratégica de comunicação deve ser uma contínua geração (*semper nova generatur*), estratégia criada novamente, a cada instante. Só assim é possível continuar a falar-se da Nova Teoria Estratégica de comunicação, que, para se tornar eficaz, enquanto estratégia, deve comunicar a própria “comunicabilidade”.

Referencias

- Agamben, G. (2006), *Profanações*, Lisboa, Cotovia.
 Benasayag, M. (1990), *Utopie et liberté: Les droits de l'homme: une idéologie?* Paris, La Découverte.
 Benjamin, W. (1961 - 1966), “Angelus Novus” en : Habermas, J. (1990) *L'actualité de Walter Benjamin. La critique: prise de conscience et préservation. Revue d'Esthétique. Walter Benjamin. Hors de série*. Paris, Jean-Michel Place.



- (1992), “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana”, en : *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa, Relógio d’Água, pp. 177-196.
- Breton, P. (1992), *L’utopie de la communication: L’émergence de “l’homme sans intérieur”*, Paris: La Découverte.
- Cohen, J. e Arato, A. (1992), *Civil society and political theory*. Cambridge (Estados Unidos) – London, MIT Press.
- Dos Santos Alves, J. (6 de setembro de 2005), “Espaço Público e ‘Pós-modernidade’: A urgência da recentração da alteridade perdida” en: *Fisec-estrategias* (em línea), año I, núm. 2. Artículo disponible en: http://www.fisec-estrategias.com.ar/2/fec_02_com_dossantos.pdf.
- Duchesne, S. (1997), *Citoyenneté à la française*, Paris, Presses de Sciences.
- Goffman, E. (1986), *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, Boston, Northeastern University Press.
- Goffman, E. et al. (1989), “Avant-propos. Le parler frais d’Erving Goffman avec deux textes d’Erving Goffman”, em : *Colloque de Cerisy*. Paris, Minuit,
- Habermas, J. (1990), *L’actualité de Walter Benjamin. La critique: prise de conscience et préservation. Revue d’Esthétique. Walter Benjamin. Hors de série*. Paris, Jean-Michel Place.
- (1990a), “La nouvelle intimité entre politique et culture”, em : *Ecrits politiques: Culture, droit et histoire*, Bouchindhomme, C. (trad.), Paris, Cerf.
- Israel, J. (1972), “Stipulations and construction in the social sciences”, em : Israel, J. y Tajfel, H (Edit.), (1972) *The context of social psychology: A critical assessment*. London, Academic Press, pp. 123-211.
- Kant, I. (1984), “Resposta à Pergunta: O Que são as Luzes?” Pereira, J. (trad.) en : *Cultura - História e Filosofia*, vol. III, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de História.
- Ladrière, J. (1997). *L’éthique dans l’univers de la rationalité*. Bruxelles – Paris – Montreal, Artel – Fides – diff – Sofedis.
- (2004), *Le temps du possible. Louvain-la-Neuve: Éd. de l’Institut supérieur de philosophie*, Louvain – Paris - Dudley (Etats Unites) Éd. Peeters.
- (2004), *L’espérance de la raison*. Louvain-la-Neuve: Éd. de l’Institut supérieur de philosophie; Louvain; Paris; Dudley (Mass.): Éd. Peeters.
- Lapouge, G. (1991), *Utopie et civilisations*, Paris, Albin Michel.
- Maffesoli, M. (2002), *La part du Diable. Précis de subversion posmoderne*. Paris, Flammarion.
- Paperman, P. (1995), “La couleur des pensées. Sentiments, Émotions, Intentions. Raisons Pratiques” en : *Ruwen Ogien*. Núm. 6, pp. 7-18.
- Pierson, M. (2003), *L’Intelligence Relationnelle*, Paris, Éd. d’Organisation.
- Stringer, P. (1982), “Towards a participatory psychology”, em: Stringer, P. (Edit.). *Confronting social issues*. Vol. 2. London, Academic Press.
- Uzzel, D. (sem ano disponível), *Questioning methods in the interdisciplinary research and practice of environmental psychology* (documento digital em línea), disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So10365642005000100020.
- (1998), *Contemporary issues in heritage and environmental interpretation: problems and prospects*, London, Stationery Office.
- Van Steenberg, B. (edit.), (1994), *The Condition of Citizenship*, London, Sage.
- Vespraet, G. (2003), “*Les nouveaux arguments de la citoyenneté active*”. *Retours de L’Utopie. Recompositions des espaces et mutations du politique*, Laval, Presses de l’Université Laval.

